

A construção social da questão ecológica: um questionamento do final do século

Alejandro Olivieri

Prof. da Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires e
mestrando em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC).

Luciano Florit

formado em Sociologia pela Facultad de Ciencias Sociales da UBA (Integrantes do Grupo de Reflexión sobre Ecología y Sociedad da Facultad de Ciencias Sociales da UBA).

Tradução: Ana Luíza Trois Miranda

Resumo

Este artigo objetiva dar conta da diversidade de expressões genericamente caracterizadas de “ecologistas” e resgatar a riqueza sociológica e axiológica deste conjunto de práticas. Permitindo assim, uma análise do conflito social intrínseco à chamada “questão ecológica” e uma valorização da potencialidade teórico-prática do ambientalismo para pensar as indagações do final do século. Primeiramente, se enfatizará o caráter complexo

Abstract

The aim of this article is to account for the diversity of expressions generically characterized as ecological, and to recover the “axiological” or sociological richness of this set of practice. This allows for an analysis of the social conflict intrinsic to the so called ecological question, and a valorization of the theoretical and practical potentiality of environmentalism to think through this end of century questions. First, the complex

Revista de Ciências Humanas	Florianópolis	v. 14	n. 19	p.55-65	1996
-----------------------------	---------------	-------	-------	---------	------

e multissetorial do movimento ambientalista, para então desenvolver uma análise – com intenção heurística – dos principais atores, que formam a trama de interesses e sentidos, interventores na problemática ambiental.

and “multi sectorial” character of the environmentalist movement will be emphasized in order to develop an heuristic analysis of the main actors who form the web of interest and feelings that intervene in the environmental question.

Segundo Lester Brown, a “revolução ambientalista” está forçando uma mudança universal e profunda nos valores humanos ao transformar, sobretudo, nossas percepções acerca do mundo em que vivemos. Pela primeira vez, a humanidade desperta para a verdade básica de que a natureza é finita e o uso equivocado da biosfera ameaça, em última instância, a própria existência humana (Brown, 1992). Este reconhecimento goza de um considerável consenso nas principais instituições científicas do mundo, e se expressa no aumento progressivo de publicações internacionais relacionadas à temática ambiental provenientes dos mais variados campos de especialização. No entanto, como expressou recentemente Enrique Leff “as ciências sociais têm sido as mais resistentes em transformar seus paradigmas de conhecimento e abrir suas temáticas privilegiadas à problemática ambiental” (Leff, 1993).

Entretanto, nossa intenção aqui não será analisar as causas desta resistência, mas sim realizar alguns aportes para justificar a pertinência e importância da incorporação da questão ambiental no debate sociológico atual. Neste sentido, este trabalho objetiva a elaboração de hipóteses enriquecedoras que ajudem a superar visões reducionistas que obscurecem aspectos fundamentais na dinâmica social do final do milênio.

O ambientalismo, como muitos outros movimentos “reformistas”, carecem da homogeneidade que algumas interpretações pretendem outorgar-lhe, na medida em que os problemas sociais raras vezes têm respostas simples e/ou universais (o mesmo

pode-se dizer dos diversos liberalismos e socialismos). Ainda que seja certo que o movimento ambientalista em seu conjunto, esteja preocupado fundamentalmente com a proteção e a administração do meio ambiente natural e humano, e pelas formas que a relação sociedade-natureza vai adquirindo no contexto da modernidade (Giddens, 1990), os grupos e atores ambientalistas atuam com base numa grande diversidade de ideologias, objetivos e métodos (McCormick, 1992).

Ao examinar o ambientalismo no terreno da ação política a nível global, esta diversidade de cosmovisões, objetivos e estratégias, aparece com nitidez. Esta análise permite perceber várias formas organizativas e diversos posicionamentos – muitas vezes contraditórios – em relação à representação política formal. As práticas contínuas de *lobby* para influenciar tratados internacionais e legislações nacionais, a criação de partidos políticos “verdes” ou o confronto direto em alto mar são apenas algumas das diferentes táticas comuns dentro do ambientalismo¹.

Essa diversidade de práticas implica uma luta pela legitimidade das diferentes versões do ecologismo, expressando contradições, presentes no seio da sociedade global. Por esta razão, na atualidade, tanto os grandes interesses econômicos têm sua própria versão do que significa a prática ecológica, como também têm a sua, os camponeses de algumas regiões da América Latina e certos setores das classes médias urbanas. Em outras palavras, os questionamentos feitos em nome da ecologia não escapam à lógica do interesse, e menos ainda se afastam das representações e cosmovisões que têm os diferentes atores sociais. Assim, as diferentes construções da problemática ecológica

¹ A história do ambientalismo norte-americano mostra, segundo algumas análises, uma ação típica de *grupo de interesse* que realiza *lobby* dentro das estruturas do sistema político – que não critica – de modo similar a outros grupos de interesse e com a mesma racionalidade instrumental. Como exemplo de ações diferentes em contextos diferentes é interessante a atuação do *Greenpeace* em relação à recente reforma da Constituição Argentina (junho 1994), realizando um forte *lobby* para a incorporação no novo texto de «cláusulas ambientais» e, ao mesmo tempo, a nível global a estratégia de ação direta contra as baleeiras em alto mar.

aparecem intimamente relacionadas às problemáticas já construídas na sociedade.

Nesse sentido, é ilustrativo discriminar – sem pretensão alguma de esgotamento da questão – os seguintes atores sociais envolvidos e posicionados em relação à problemática ecológica:

- **No setor agrário latino-americano**, a) um *ecologismo camponês* – a exemplo de Bolívia e Peru – que reivindica técnicas tradicionais de produção agrícola como uma maneira de proteger a fertilidade de seus solos e a diversidade de espécies cultiváveis, ao mesmo tempo em que luta pela defesa de sua identidade cultural. Trata-se de um “ecologismo dos pobres” que, perfeitamente adequado aos ecossistemas e às identidades culturais locais, tem capacidade para obter eficiência energética e social – em termos de produção de alimentos e satisfação de múltiplas necessidades humanas – que a modernidade capitalista jamais pôde oferecer a essas populações (Martinez Alier, 1992); b) um *ecologismo latifundiário* – incipiente no caso pampeano argentino – que expressa a preocupação de atingir produções orgânicas capazes de entrar, através de vantagens comparativas, no “nicho” existente no mercado mundial para a venda de alimentos orgânicos. É significativo que a normatização que regula a produção agrícola orgânica nacional se baseie, em grande medida, nas exigências de qualidade da União Européia.
- **No setor industrial** se identificam alguns atores interessados na *ecologização* do sistema produtivo, que começam a incorporar progressivamente à dimensão da sustentabilidade a longo prazo através de uma reengenharia de seus processos e produtos. Trata-se de setores “avançados” da indústria cuja estratégia de acumulação tem um caráter global. Torna-se necessário ressaltar aqui a importância deste ator que visa solucionar o problema ecológico no marco de uma

racionalidade capitalista, utilizando para isto os próprios instrumentos da economia de mercado, sintonizada com o auge das políticas neoliberais.

- Por último, **na atual conjuntura da Argentina**, merece destaque a presença de inúmeras *associações de moradores* que, direta ou indiretamente, estão imersas em conflitos ambientais urbanos – luta contra a poluição, defesa de espaços verdes, obtenção de melhores condições sanitárias, entre outros – que dão uma dimensão ambiental e política ao conceito de qualidade de vida na cidade. Estas associações se caracterizam pela ampla penetração de suas demandas na mídia, o que é um fator importante na conformação de um “senso comum ecológico”, baseado fundamentalmente na experiência de vida urbana que, se bem legítimo, muitas vezes perde de vista o caráter global/planetário, da problemática ecológica.

Essas múltiplas expressões permitem reconhecer a “riqueza sociológica” (Leff, 1993) e ideológica dos modos de ação coletiva do ambientalismo e dos vários tipos de racionalidade que os fundamentam, especialmente a partir dos diferentes conceitos de “desenvolvimento sustentável” que concorrem por serem hegemônicos (Lelé, 1991). Em outras palavras, “a luta por uma significação legítima de desenvolvimento sustentável” expressa diversas categorizações ligadas às múltiplas cosmovisões provenientes de uma pluralidade de pontos de vista essencialmente conflitivos. Nesse sentido, pode-se afirmar que as diversas posições do ambientalismo sobre o significado da transição para uma sociedade sustentável implicam, em certo sentido, em lutas simbólicas pelo poder de produzir e de impor uma visão de sustentabilidade legítima.²

² Segundo Bourdieu (1988:137) «las luchas simbólicas a propósito de la percepción del mundo social pueden tomar dos formas diferentes. En el aspecto objetivo, se puede actuar por acciones de representación, individuales o colectivas, destinadas a hacer ver y hacer valer ciertas realidades. (...) Por el lado subjetivo, se puede actuar

A difícil articulação científica das diversas “dimensões de sustentabilidade” (econômica, social e ambiental), assim como os diversos pressupostos ético-sociais em jogo, são exemplos ilustrativos do conflito *intra muros* do ambientalismo³. Assim, segundo Viola (1991, tendo em conta o lugar sócio-institucional preponderante, mas não exclusivo, para conduzir a transição para uma sociedade sustentável, podem-se distinguir :

- a) **um ambientalismo estatal**, onde a qualidade ambiental, por ser um bem público, deve ser resguardada e promovida por regulamentações normativas e intervenções punitivas (Daly e Cobb, 1993);
- b) **um ambientalismo de mercado**, para o qual a lógica intrínseca dos mecanismos de mercado (taxas, incentivos, etc.), a apropriação privada dos bens ambientais e a forte pressão de setores crescentes de consumidores “verdes”, em forma combinada e sinérgica, protegem mais eficientemente o meio ambiente (Anderson e Leal, 1993);
- c) **um ambientalismo comunitário**, que enfatiza o papel da sociedade civil e suas organizações de base (grupos comunitários, ONGs, etc.) como agentes principais

tratando de cambiar las categorías de percepción y de apreciación del mundo social, las estructuras cognitivas y evaluativas: las categorías de percepción, los sistemas de clasificación, es decir, en lo esencial las palabras, los nombres que construyen la realidad social tanto como la expresan, son la apuesta por excelencia de la lucha política, lucha por la imposición del principio de visión y de división legítimo, es decir, por el ejercicio legítimo del efecto de teoría».

³ Apesar das diferenças conceituais que existem entre os experts nesta temática (Brown, 1991-3; MacNeill, 1992; Sachs, 1993) e do caráter ambíguo e vago da noção de «desenvolvimento sustentável», há um consenso mínimo acerca dos *princípios normativos* que norteiam esta estratégia alternativa de desenvolvimento. Estes referem-se à *integração da dimensão ambiental* nos estilos de desenvolvimento vigentes na medida em que estes têm que dar resposta prioritária às necessidades básicas da população, sem degradar a base de recursos naturais nem o ambiente do planeta. Toda esta estratégia deve considerar como objetivo fundamental, tanto o direito das gerações presentes ao desenvolvimento sustentável (solidariedade sincrónica), quanto o direito das gerações futuras, a morar num planeta que não ameace mas que, pelo contrário, faça possível sua sobrevivência e a das outras espécies (solidariedade diacrónica) (CNUMAD, 1988).

da sustentabilidade, ficando os mecanismos estatais e de mercado em lugar subordinado (Sachs, 1982).

O anterior exposto permite reconhecer a existência de conflitos internos dentro do “campo ambientalista” para dar forma conceitual e organizacional a uma estratégia global e de consenso, acerca do desenvolvimento sustentável. No entanto, não se deve ocultar o que todos os ambientalistas têm em comum e que contribui para a construção de uma imagem de unidade do movimento: isto é, a consciência do lugar subordinado que ocupa “o ecológico” dentro das percepções e valores da sociedade capitalista. Essa consciência permite um espaço para as apelações em nome de uma causa comum ecológica (alimentando também certa verborragia verde) que busca compensar a frágil consideração dos critérios ecológicos na tomada de decisões. Assim, o ambientalismo vive num movimento pendular entre a unidade e a diversidade, o que produz, ao mesmo tempo, sua dificuldade e seu desafio para alcançar uma ação eficiente na criação de consensos com sentido cooperativo.

Em suma, o que se denomina comumente “ecologismo” ou “movimento ecológico” é, na atualidade, um *movimento complexo e multissetorial* que contém um conjunto de diversos atores e processos multidimensionais, capilarizado – embora em forma desigual – por toda a sociedade, abarcando, assim, setores diferenciados da comunidade com percepções, valores e interesses em relação à temática ambiental nem sempre convergentes (Caldwell, 1990; McCormick, 1992; Viola e Leis, 1992; Viola, 1993). Como afirmam Viola e Leis (Ibid:76), «todos estes atores e processos constituem o movimento ambientalista global cujos valores e propostas se disseminam pelas estruturas governamentais, organizações não governamentais, grupos comunitários de base, comunidade científica e setores minoritários do empresariado. O ambientalismo, originado como um movimento reduzido de pessoas, grupos e associações preocupados com o meio ambiente, transforma-se em um capilarizado movimento multissetorial».

Assim, a manutenção da qualidade do meio ambiente humano, objetivo último dos diversos ambientalismo, é convertida de maneira progressiva numa preocupação pública, traduzindo-se em tratados internacionais, legislações nacionais, políticas públicas, criação de órgãos públicos ambientais (internacionais, nacionais e locais), na emergência de inúmeras ONGs com preocupações ambientais e, sobretudo, influenciando nas profundas mudanças que afetam os valores sociais, políticos, econômicos e espirituais de vastos setores da sociedade no final do século (Kennedy, 1993).

Esta capacidade implica reconhecer no ambientalismo não apenas um movimento social e político amplo, senão também a qualidade de ser um *princípio ativo* (teórico e prático) de transformação da humanidade, visando uma maior cooperação entre culturas, nações, indivíduos e espécies (Leis, 1993).

Neste processo, a «questão ambiental» vai impondo – ou recuperando – importantes indagações difíceis de serem respondidas pela cultura predominante. Como definir o autêntico progresso da humanidade; como elaborar uma ética da interdependência; como reverter a busca de conquistas econômicas, de um sentido predominantemente quantitativo a um mais qualitativo, são apenas alguns dos temas que precisam ser equacionados, inevitavelmente, para a construção de uma sociedade sustentável.

É evidente por si só que estas indagações entram em colisão com as ideologias dominantes na atualidade, incluindo aquelas que buscam ecologizar o capitalismo no marco dos axiomas neoliberais. Alguns aspectos da incapacidade deste espectro ideológico para canalizar os questionamentos, que colocam a problemática ambiental, provêm de:

- 1) **uma excessiva centralização** na idéia de progresso econômico medida exclusivamente em termos quantitativos com a conseqüente exclusão de múltiplas necessidades humanas (Max Neff, 1986) e com escassa ou

nula consideração pela distribuição dos benefícios desse progresso. Isso traz como consequência uma incapacidade para construir modelos de desenvolvimento alternativos, diferentes ou superadores daquele que provocam as consequências assumidas como não desejáveis.

- 2) **uma maior proximidade** – em analogia com as ciências naturais – com uma antropologia darwinista, que privilegia a competência como motor da inevitável sobrevivência de uns, em detrimento de outros, ao invés de uma visão ecológica inspirada em Haeckel (discípulo de Darwin e fundador da ecologia), onde o fator substantivo é a interdependência e onde a sobrevivência das partes é consequência da sobrevivência do todo.
- 3) **uma excessiva “racionalização”** que, longe de articular progressivamente a racionalidade, constitui uma verdadeira «doença do pensamento» (Morin, 1994) que se traduz em um antropocentrismo exacerbado impedindo de resolver a tensão entre universalismo (ocidental-capitalista) e relativismo cultural. A ideologia antes referida exclui toda a percepção do outro, da alteridade, sejam estas classes sociais, culturas ou espécies.

Assim, a crise ecológica global põe em evidência o drama de nossa condição civilizatória. A humanidade, como assinala Caldwell (1993) vive em duas realidades. Uma mais permanente, a Terra e sua biosfera, constituída por complexos sistemas interativos em equilíbrios instáveis, e em outra mais transitória, o Mundo, produto da ação da espécie humana. Esta dualidade Terra-Mundo alcançou sua máxima radicalidade no mundo moderno. Por tal motivo, a solução para a crise ecológica necessita, inexoravelmente, encontrar laços culturais e sociais que redefinam relações de solidariedade e cooperação entre os homens, e destes com a natureza. É neste caminho que o ambientalismo atualiza sua capacidade potencial de abrir e legitimar novos espaços públicos (materiais e simbólicos) e, portan-

to, de construir consensos e produzir os *trade offs* necessários para poder articular estas duas realidades conflitivas em condições de modernidade radicalizada.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, T. e LEAL, D. Ecología de mercado, Madrid : Unión Editorial, 1993.
- BOURDIEU, P. «Espacio social y poder simbólico» em *Cosas Dichas*, Buenos Aires : Gedisa, 1988.
- BROWN, L. (org.) La situación en el mundo (Informe Worldwatch), Buenos Aires : Sudamericana, 1992. (e também os relatórios correspondentes aos anos 1991 e 1993).
- CALDWELL, L.. International Environmental Policy. Emergence and Dimensions, Durhan and London, Duke University, 1990.
- COMISION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE Y EL DESARROLLO(CNUMAD), Nuestro Futuro Común (Informe Brundtland), Madrid : Alianza editorial, 1988.
- DALY, H. Y COBB, Jr. Para el bien común. Reorientando la economía hacia la comunidad, el ambiente y un futuro sostenible, México, F.C. E. 1993.
- DRYZEK, J. «Ecology and Discursive Democracy: Beyond Liberal Capitalims and the Administrate State» and Capitalism, Nature, Socialism, v. 3 (2), n.10, June, 1992.
- Ecología y Políticas Públicas Ambientales, Barcelona : Mac Graw-Hill, 1993.
- GIDDENS, A. The Consequences of Modernity, London, Polity Press and Basil Blackwell, 1990.
- KENNEDY, P. Hacia el siglo XXI, Barcelona, Plaza y Janés, 1993.
- LEFF, E. «Sociología y ambiente: sobre el concepto de racionalidad ambiental y las transformaciones del conocimiento», em VIEIRA, P. e MAIMON, D. (orgs.) *As Ciências Sociais e a questão Ambiental. Rumo à Interdisciplinarietà*, Belém do Pará, APED e UFFPa, 1993.
- LEIS, H. (org.) Ecología e política mundial, Rio de Janeiro : Ed. Vozes, 1991.
- _____ «Ambientalismo e relações internacionais na Rio-92», em *Lua Nova*. Revista de cultura e política, São Paulo, 1993.

- LELE, S. «Sustainable Development: A Critical Review» em *World Development*, v. 19, n.6, 1991.
- MACNEILL, J., WINSEMIUS, P., YAKUSHIJI, T. Para além da Interdependência. A relação entre a economia mundial e a ecologia da terra, Rio de Janeiro : Zahar, 1992.
- MAX NEFF, M. Y otros desarrollo a escala humana, Santiago de Chile : CEPAUR, 1986.
- MARTINEZ ALIER, J. De la economía ecológica al ecologismo popular, Barcelona : Icaria, 1992.
- McCORMICK, J. Rumo ao paraíso. A história do movimento ambientalista, Rio de Janeiro : Relumé-Dumara, 1992.
- MORIN, E. Introducción al pensamiento complejo, Barcelona : Gedisa, 1994.
- SACHS, I. Ecodesarrollo. Crecer sin destruir, México : Ed. del Colegio de México, 1982
- _____. Estratégias de transição para o século XXI. Desenvolvimento e Meio Ambiente, São Paulo : ed. Nobel. 1993.
- VIOLA, E. A expansão do ambientalismo multissetorial e a globalização da ordem mundial, 1985-1992, Brasília : *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento*, Caderno n.12, 1993.
- _____ e LEIS, H. «A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável». In: HOGAN, H. e VIEIRA, P. (Org.), *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*, Campinas : ed. UNICAMP